

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR–ETP

Objetivo:

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é a aquisição de capacetes para os agentes de trânsito do Codetran.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Segurança Pública

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Ewerson Luis Gama	Agente de Autoridade de trânsito	1437803	gama@itajai.sc.gov.br

II–DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art.18,§ 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A aquisição de capacetes se faz necessária para garantir a integridade física dos agentes e assegurar que eles possam realizar suas atividades com o máximo de segurança. Além disso, o fornecimento de capacetes adequados também atende às normas de segurança regulamentadas pelos órgãos competentes, garantindo que os agentes cumpram as exigências legais e operacionais.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações(art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não está previsto no plano anual da Secretaria de Segurança, porém há a necessidade urgente e imprevista, uma vez que são itens necessários para o bom desempenho dos profissionais.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art.18,§1º,III,daLeiFederal nº 14.133, de 2021

Os capacetes devem ser certificados de acordo com as normas brasileiras de segurança estabelecidas pela ABNT(AssociaçãoBrasileiradeNormasTécnicas)oupor órgãos reguladores competentes, como o INMETRO.

Devem ser projetados para atender às exigências de resistência, absorção de impacto e proteção contra impactos laterais e frontais.

Todos os capacetes deverão ser na cor branca, para garantir maior visibilidade dos agentes, principalmente em condições de baixa luminosidade ou durante a noite.

A compra deve abranger capacetes em diferentes tamanhos para garantir que todos os agentes, independentemente do tamanho da cabeça, tenham o equipamento

adequado.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	CAPACETE MOTO ROBOCOP ARTICULADO PEELS MODELO URBAN CLASSIC	25

III–PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Durante o levantamento mercadológico foram analisadas diversas alternativas disponíveis no mercado para a aquisição de capacetes destinados ao uso dos agentes da Guarda Municipal. Entre os modelos identificados, constam opções abertas, sem óculos de proteção, bem como modelos mais simples e de menor custo, os quais, no entanto, apresentaram limitações técnicas relevantes, tais como: Baixa resistência a impactos, comprometendo a proteção do agente em situações de risco;

Ausência de visor ou óculos integrado, dificultando a proteção visual em deslocamentos de alta velocidade ou em atendimentos em condições adversas;

Menor ergonomia e facilidade de manuseio, o que prejudica a agilidade no uso, especialmente em situações que exigem respostas rápidas e seguras.

Diante desses fatores, e considerando que os capacetes destinam-se ao uso diário por profissionais da segurança pública municipal, a Secretaria Municipal de Segurança definiu como requisito mínimo a aquisição de modelo específico que atenda a critérios técnicos de segurança, conforto, durabilidade e funcionalidade compatíveis com as exigências da atividade operacional.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Estimativas baseado na média das empresas participantes para compra de capacetes R\$ 12.244,25.

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A solução escolhida para a presente contratação consiste na aquisição de capacetes do tipo integrado ou modular, com certificação de conformidade com normas técnicas de segurança, em especial as exigidas pelos órgãos competentes, como o Inmetro.

A escolha desse modelo visa atender plenamente às exigências de proteção, ergonomia e funcionalidade demandadas pela atuação da Guarda Municipal em atividades operacionais. Os capacetes deverão apresentar as seguintes características mínimas:

Tipo: Integrado ou modular (fechado), com queixeira articulada ou fixa;

Cor: Branca, visando padronização visual e visibilidade operacional;
Tamanhos variados, para melhor ajuste aos usuários
Com visor integrado ou óculos interno retrátil, que proporcione proteção ocular adequada;
Certificação de conformidade, com selo do Inmetro e atendimento às normas técnicas nacionais e/ou internacionais aplicáveis.

A presente escolha considera não apenas a qualidade e a segurança exigidas para o uso diário por agentes de segurança pública, mas também a relação de custo-benefício, durabilidade e adequação ao uso intensivo, nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que orienta a definição da solução mais vantajosa para a Administração Pública.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art.18,§1º,VIII,da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto é único e padronizado (um único tipo de capacete), não havendo viabilidade técnica nem vantagem econômica em dividir a contratação. Portanto, não se aplica o parcelamento.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se aplica.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A aquisição de capacetes novos para os agentes de segurança pública traz uma série de benefícios diretos, tanto em termos operacionais quanto financeiros. A contratação dessa solução visa principalmente alcançar resultados positivos em economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos. A economicidade se refere à melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis. Embora a compra represente um custo inicial mais alto, ela resulta com a redução de acidentes, aumenta o número de agentes na rua para a segurança da população.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Para garantir que a compra dos capacetes atendam às necessidades e não se transformem em um gasto desnecessário com produtos de qualidade inferior ou paralela, será estabelecido as especificações técnicas, características necessárias, análise e verificação das empresas fornecedora.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, §1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há impactos ambientais, porém a vida útil prolongada dos capacetes pode reduzir a necessidade de reposições frequentes, o que é um ponto positivo em termos ambientais.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO e REQUISITANTE

EWEERSON LUIS GAMA

Matrícula:1437803

Itajaí, 06 de maio de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Itajaí, 06 de junho de 2025

ETTORE GUSTAVO STENGHELE
SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA